

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Departamento de Pesquisas Judiciárias

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA

4ª EDIÇÃO DA SÉRIE “JUSTIÇA PESQUISA”

Convocação nº 01/2019

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e avaliação de políticas judiciárias em curso, conforme art. 5º da Lei 11. 364, de 26 de outubro de 2006.

A presente iniciativa adota como diretrizes os objetivos regimentais do DPJ, em especial as seguintes medidas de disseminação de informações e conhecimentos: i) “desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira”; ii) “realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário”; e iii) “fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias”.¹

A convocação destina-se à contratação de Instituições de Ensino Superior e outras Instituições públicas ou privadas (desde que, neste último caso, sejam sem fins lucrativos) incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e condições estabelecidos por este Edital:

1) Contextualização da Série “Justiça Pesquisa”

No cenário das políticas judiciárias, a evolução qualitativa e quantitativa dos serviços oferecidos à sociedade envolve a identificação das principais dificuldades e oportunidades existentes em relação à formulação, à implementação, ao aperfeiçoamento e ao controle das atividades de prestação jurisdicional na busca de concretização de direitos e garantias fundamentais.

É exatamente esse o conjunto de desafios institucionais que estimularam o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) a conceber a Série “Justiça Pesquisa” e a lançá-la a partir de 2 (dois) eixos estruturantes complementares entre si: i) Eixo “Direitos e Garantias fundamentais”; e ii) Eixo “Políticas Públicas do Poder Judiciário”.

O Eixo “Direitos e Garantias fundamentais” enfoca aspectos relacionados à realização de liberdades constitucionais a partir do critério de ampliação da efetiva proteção a essas prerrogativas constitucionais no âmbito da República Federativa do Brasil. O Eixo “Políticas Públicas do Poder Judiciário”, por sua vez, volta-se para aspectos institucionais de planejamento, gestão de fiscalização de políticas judiciárias a partir de ações e programas que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Os dois eixos estão vinculados a abordagens empíricas dos temas. A perspectiva doutrinária ou teórica deve atuar como marco para construção e verificação de hipóteses, assim como para definição dos problemas. As pesquisas, portanto, não podem ser exclusivamente teóricas ou doutrinárias.

As instituições selecionadas, considerando pertinente e de acordo com a metodologia e o trabalho de campo elencados, também apontarão – com fundamento nas situações-problemas diagnosticadas na pesquisa que envolvam a necessidade de aperfeiçoamento profissional - recomendações de aspectos relativos aos domínios do conhecimento teórico e prático, indicando elementos que embasem a estruturação de ações formativas voltadas para o desenvolvimento de competências profissionais de magistrados e servidores necessárias ao aprimoramento da prestação jurisdicional, como possíveis medidas que contribuirão para a solução dos problemas diagnosticados na pesquisa.

2) Do Objeto

As pesquisas contratadas deverão ter duração de até 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do instrumento específico de contratação. Obrigatoriamente, as propostas de pesquisas apresentarão modelo de amostragem que abarque investigação em, pelo menos, 6 (seis) unidades da federação, sendo que deve ser observada a representatividade de todas as 5 (cinco) regiões geográficas brasileiras e dos 3 (três) portes do segmento de justiça, quando aplicável.

As instituições proponentes, uma vez selecionadas, terão como responsabilidades, além do atendimento das exigências constantes do presente Edital, a coordenação do grupo de pesquisa destinado ao desenvolvimento da investigação no campo a ser selecionado e a elaboração de documentos (relatórios, apresentações, sumário executivo) pertinentes a cada um dos 3 (três) campos temáticos a seguir apresentados:

Eixo I) “Direitos e Garantias Fundamentais”:

Campo Temático 1) Cobertura criminal dos meios de comunicação e seus impactos na superlotação e superpopulação carcerária

Campo Temático 2) Territórios de vulnerabilidade e exclusão social, acesso a políticas públicas e a relação com privação de liberdade

Eixo II) “Políticas Públicas do Poder Judiciário”:

Campo Temático 3) Impactos da atuação do Poder Judiciário sobre a política pública previdenciária

Por fim, destaca-se que as delimitações temáticas propostas devem contemplar as peculiaridades de cada campo acima mencionado, em observância aos parâmetros definidos pelo item 4 ("Do Projeto de Pesquisa") e detalhados pelos Anexos do presente Edital de Convocação Pública e de Seleção.

3) Dos Proponentes Elegíveis e Critérios para Contratação

Considerando as experiências do Poder Executivo com a publicação de editais para contratação de instituições de ensino/pesquisa a fim de realizar diagnósticos, prospecções, estudos acerca de temas determinados, o CNJ utilizou alguns dos parâmetros desse tipo de contratação para precificar os produtos que pretende obter.

Nos casos de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, como é o interesse do CNJ, os campos temáticos são indicados pelo contratante e as instituições selecionadas apresentam projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos da pesquisa. No modo como se pretende neste Conselho, não haverá oferta de linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; o CNJ não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, as instituições a serem contratadas possuirão maior liberdade acadêmica para que desenvolvam suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias. As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização de diagnósticos e proposta de soluções potenciais aos problemas postos na prestação jurisdicional (descritos nos temas elencados no Edital), sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise dos mesmos. O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

São elegíveis para a contratação instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

3.2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa e de fundações de apoio vinculadas às universidades e/ou instituições de ensino superior e pesquisa.

3.3) As entidades proponentes não poderão estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

3.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos para fins de habilitação jurídica:

3.4.1) atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

3.4.2) prova de inscrição no CNPJ;

3.4.3) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital ou Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou equivalente na forma da Lei;

3.4.4) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS);

3.4.5) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.4.6) documentação relativa à regularidade fiscal (com prova de regularidade com a Dívida Ativa da União nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – "Lei de Licitações");

3.4.7) declaração expressa da instituição interessada de que não se encontra em mora e tampouco em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;

3.4.8) apresentação de documento contendo endereço, telefone, fax, e-mail e conta bancária em nome da entidade, com indicação específica à instituição financeira e ao correspondente número da agência;

3.4.9) documentos pessoais do representante legal; e

3.4.10) documentação relativa à regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – prevista pelo art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – c/c o art. 29 da Lei de Licitações, ambos os dispositivos na redação conferida pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011). [2](#)

3.5) O estatuto da entidade deverá prever a realização de atividades que sejam compatíveis com o objeto deste edital.

4) Do Projeto de Pesquisa

4.1) Em conformidade com os modelos constantes dos Anexos III, IV e V deste Projeto Básico, a instituição proponente deverá apresentar o respectivo "PROJETO DE PESQUISA", documento único composto pelas seguintes partes indispensáveis:

4.1.1) Dados Cadastrais;

4.1.2) Formulário para Descrição da Proposta de Pesquisa com título, objeto, justificativa, descrição detalhada (introdução, objetivos, hipóteses e fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências), observada a seguinte formatação:

(i) Folha de papel A4;

(ii) Máximo de 15 páginas;

(iii) Parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza;

- (iv) Fonte Times New Roman, corpo, tamanho 12;
- (v) Entrelinhas simples;
- (vi) Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;

4.1.3) Formulário para o Cronograma de Execução;

4.1.4) Formulário para o Valor e Cronograma de Pagamento;

4.1.5) Formulário para Autenticação do Projeto;

4.1.6) Formulário para Declaração, a ser prestada pelo representante da instituição quanto à Equipe Básica;

4.1.7) Formulário para declaração dos profissionais que integrarão a Equipe Básica.

4.2) A instituição proponente poderá se candidatar para o desenvolvimento de uma ou mais pesquisas apresentadas no Edital de Convocação Pública e de Seleção ("DO OBJETO"), sendo que, para cada Projeto de Pesquisa, deverão ser apresentadas todas as peças indicadas nos itens 3 e 4 deste Projeto Básico, em conformidade com os detalhes constantes dos ANEXOS.

4.3) Uma vez apresentado o "Projeto de Pesquisa", conforme os termos e prazos estipulados no Edital, não haverá prazo adicional para o suprimento de quaisquer informações ou documentos ora exigidos.

4.4) A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado será automaticamente interpretada como desistência de submissão às regras do Edital.

4.5) Dos Recursos Humanos e dos requisitos mínimos quanto ao perfil dos profissionais

4.5.1) A instituição interessada deverá indicar e alocar Equipe Básica de Pesquisa para atuar em todas as fases da execução da pesquisa. A Equipe Básica de Pesquisa deverá ter a seguinte composição e qualificação técnica profissional mínima:

Formação Mínima (Função desempenhada e Titulação)	Número Mínimo Exigido	Experiências Específicas Mínimas Requeridas
Coordenador acadêmico, com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos e/ou de grupos de pesquisa, realização de pesquisas, estudos e publicações na área sociojurídica, comprovada mediante apresentação de <i>curriculum LATTES</i> .
Coordenadores de campo, com nível mínimo de mestrado, dos quais pelo menos um deverá ter experiência docente	03	Experiência no desenvolvimento de projetos, participação em grupos de pesquisa e realização de pesquisas e estudos, comprovadas mediante apresentação de <i>curriculum LATTES</i> .

4.5.2) As comprovações requeridas devem ser feitas por meio de apresentação do *curriculum LATTES* atualizado.

4.5.3) A eventual substituição de pesquisadores da Equipe Básica de Pesquisa poderá ser feita, desde que devidamente justificada e comunicada ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), devendo o pesquisador substituto atender aos requisitos do pesquisador substituído, com igual ou superior formação básica e experiências específicas requeridas.

4.5.4) A Equipe Básica de Pesquisa tem a responsabilidade direta por todas as fases da pesquisa.

4.5.5) A comprovação da vinculação da Instituição com os pesquisadores da Equipe Básica far-se-á mediante a apresentação da cópia autenticada da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

4.5.6) Além da Equipe Básica de Pesquisa, a entidade poderá alocar Equipe de Apoio para realização da pesquisa.

4.5.7) A Equipe de Apoio não constará como quesito para qualificação da proposta de pesquisa.

4.5.8) A Equipe Básica de Pesquisa, constituída por doutor e mestres, será responsável por:

4.5.8.1. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa quando estiverem lidando com autoridades.

4.5.8.2. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

4.5.9) A exigência de ter na equipe ao menos um dos coordenadores de campo com experiência em docência é necessária para que o profissional (coordenador de campo), a partir dos saberes e conhecimentos da atividade docente, promova a articulação com os demais profissionais e saberes de forma a provocar reflexões e encaminhamentos que contribuam para a sinalização de proposições de caráter educacional, nos casos em que a instituição considerar pertinente e adequado à metodologia e trabalho de campo a serem desenvolvidos na pesquisa;

4.5.10) É terminantemente vedada a participação de crianças e adolescentes, assim como de estagiários nas atividades relacionadas à consecução das pesquisas propostas.

5) Da forma de apresentação da Proposta de Pesquisa

5.1 A Proposta de Pesquisa deverá ser encaminhada em formulário eletrônico próprio conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, disponibilizado no link www.cnj.jus.br/convocacao1-2019.

5.2 Preenchidos os requisitos previstos nos itens 3 e 4 deste Projeto Básico, as Propostas de Pesquisas das entidades habilitadas serão avaliadas pela Comissão Avaliadora em sua forma e conteúdo.

5.3 As propostas de pesquisa deverão ser encaminhadas até 30 (trinta) dias corridos após a publicação de edital no Diário Oficial da União.

5.4 O Departamento de Pesquisas Judiciárias emitirá e-mail de confirmação de recebimento das propostas. Cabe à instituição proponente entrar em contato com o DPJ pelo e-mail dpj@cnj.jus.br, caso não receba tal comprovante em até um dia útil após o carregamento de seu projeto.

5.5 O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa em 37 dias após a publicação do edital no Diário Oficial da União.

6) Do Cronograma de Recebimento, Seleção e Divulgação dos Resultados

Fases	Atividades	Períodos
1.	Recebimento de Propostas	Até 30 de abril de 2019 (até as 23h59min)
2.	Análise das Propostas e divulgação do resultado	Até 14 de junho de 2019

7) Critérios de Avaliação: As propostas serão analisadas por comissão designada para este fim e serão selecionadas conforme os seguintes aspectos: (i) análise documental, conforme item 3.4 deste edital; (ii) análise de conteúdo, em conformidade com os Anexos I, II e III deste Edital.

A seleção dos projetos de pesquisa observará os critérios abaixo discriminados, sendo atribuída nota entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos:

Critérios	Pontuação Máxima
I - Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	<p>ATÉ 30 pontos, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 10 (dez) pontos para apresentação do recorte territorial. Quatro pontos para seis unidades da federação; cinco pontos para até nove unidades da federação; seis pontos para até doze unidades da federação; sete pontos para até quinze unidades da federação; oito pontos para até dezoito unidades da federação; nove pontos para até vinte e uma unidades da federação; dez pontos para vinte e duas unidades da federação acima; - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte temporal. Um ponto para levantamento de dados que cubra o período de até seis meses; dois pontos para levantamento de dados que cubra o período de até um ano; três pontos para levantamento de dados que cubra o período de dois anos; quatro pontos para levantamento de dados referente a três anos; cinco pontos para levantamento de dados acima de três anos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de problemas/perguntas aderentes em relação à descrição do tema; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de hipóteses aderentes em relação à descrição do tema; e - até 5 (cinco) pontos para proposição de resultados a serem alcançados ao final da pesquisa. <p>Mínimo: 15 pontos</p>
II - Adequação do projeto de pesquisa	<p>ATÉ 20 pontos, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 5 (cinco) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com os problemas/perguntas levantados, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; - até 5 (cinco) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com as hipóteses levantadas, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; - até 4 (quatro) pontos para a abrangência dos ramos de justiça, nos limites aplicáveis aos recortes; - até 3 (três) pontos para a abrangência dos tipos de serventia, nos limites aplicáveis aos recortes; - até 3 (três) pontos para a abrangência dos graus de jurisdição, nos limites aplicáveis aos recortes. <p>Mínimo: 10 pontos</p>

III - Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	<p>ATÉ 50 pontos, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 5 (cinco) pontos para a descrição do universo de pesquisa; - até 10 (dez) pontos para a adequação dos critérios de amostragem ao universo da proposta de pesquisa (indicação de fórmulas estatísticas, desagregação da amostra a partir de conceitos estatísticos); - até 15 (quinze) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta e geração de dados, considerando opções quantitativas e qualitativas, nos limites do recorte do tema; - até 10 (dez) pontos para a adequação da proposta de pesquisa aos métodos e técnicas de coleta/geração de dados, considerando diversidade de fontes de dados, nos limites do recorte do tema; - até 10 (dez) pontos para a descrição detalhada das técnicas de análise dos dados a serem empregadas. <p>Mínimo: 25 pontos</p>
	Mínimo geral: 60 pontos

7.1. Para classificação, as Propostas de Pesquisa deverão atingir pelo menos 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima definida em cada um dos critérios I, II e III, concomitantemente com a obtenção mínima de 60 (sessenta) pontos totais. Serão selecionadas aquelas propostas que obtiverem maior pontuação em cada um dos campos temáticos.

7.2. O Conselho Nacional de Justiça publicará em seu sítio eletrônico (<http://www.cnj.jus.br>) (página institucional do Conselho Nacional de Justiça – CNJ) a lista de proponentes que entregaram suas propostas de pesquisa em **08 de maio de 2019**.

7.3. A relação das propostas selecionadas será divulgada no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e no sítio eletrônico do CNJ até o dia **14 de junho de 2019**.

7.4. Em caso de empate de Propostas de Pesquisa em um determinado campo temático, prevalecerá a proposta de menor preço. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os proponentes, pela Comissão Avaliadora, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.

8) Da formalização das propostas selecionadas

8.1) A parceria entre o CNJ e a instituição selecionada será formalizada por meio de instrumento legal adequado à natureza jurídica da instituição, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse público desempenhado pelo CNJ nos termos delineados pelo presente Edital.

8.2) A celebração do instrumento legal para formalização do acordo conforme a natureza jurídica da instituição escolhida está sujeita a:

8.2.1) manifestação de concordância da instituição selecionada em promover os ajustes previamente indicados pelo CNJ no projeto básico e no plano de trabalho, caso estes sejam necessários e enviar à Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis; e

8.2.2) apresentação de documentos necessários listados no item 3.4.

9) Dos recursos financeiros

9.1) O valor a ser custeado pelo CNJ, para cada pesquisa selecionada, será de até R\$300.000,00 (trezentos mil reais), conforme critérios de avaliação indicados no item 7;

9.2) Os recursos para custeio das pesquisas no presente exercício (2019) estão consignados na seguinte dotação orçamentária do CNJ:

Programa: 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Poder Judiciário - Ação: 2B66 – Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário

10) Das obrigações das partes

10.1) Do Conselho Nacional de Justiça

10.1.1) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

10.1.2) Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

10.1.3) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

10.1.4) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

10.1.5) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

10.1.6) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

10.1.7) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

10.1.8) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

10.1.9) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

10.2) Da Instituição Proponente Selecionada

10.2.1) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

10.2.2) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

10.2.3) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

10.2.4) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

10.2.5) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

10.2.6) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

10.2.7) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

10.2.8) Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

10.2.9) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

10.2.10) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

10.2.11) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

10.2.12) Prever duas visitas à sede do CNJ para discussão do andamento da pesquisa. A data de cada uma das visitas será informada tempestivamente pela Comissão de Acompanhamento;

10.2.13) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

10.2.14) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

10.2.15) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

10.2.16) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

10.2.17) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

10.2.18) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

10.2.18.1) O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, deve ser elaborado pelo pesquisador responsável em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

10.2.18.2) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa. 10.2.19) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18; e

10.2.20) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ.

11) PENALIDADES

11.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

b) Multa de:

- b.1) 0,2% (dois décimos por cento) por dia ou fração, sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 2, limitado a 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento injustificado dos prazos para a apresentação do produto 1/4, na forma do cronograma acordado;
- b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 2, no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 1/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com a aceitação do objeto da fase pelo CNJ;
- b.3) no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 1/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com a não aceitação do objeto da fase pelo CNJ, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.16;
- b.4) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia ou fração, sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 3, limitado a 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento injustificado do prazo para a apresentação do produto 2/4, na forma do cronograma acordado;
- b.5) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 3, no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 2/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.4, com a aceitação do objeto da fase pelo CNJ;
- b.6) no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 2/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.4, com a não aceitação do objeto da fase pelo CNJ, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.16;
- b.7) 0,6% (seis décimos por cento) por dia ou fração, sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 4, limitado a 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento injustificado dos prazos para a apresentação do produto 3/4, na forma do cronograma acordado;
- b.8) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 4, no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 3/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.7, com a aceitação do objeto da fase pelo CNJ;
- b.9) no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 3/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.7, com a não aceitação do objeto da fase pelo CNJ, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.16;
- b.10) 0,8% (oito décimos por cento) por dia ou fração, sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 5, limitado a 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento injustificado dos prazos para a apresentação do produto 4/4, na forma do cronograma acordado;
- b.11) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela de desembolso correspondente à fase 5, no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 4/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.10, com a aceitação do objeto da fase pelo CNJ;
- b.12) no caso de atraso injustificado na apresentação do produto 4/4 por prazo superior ao estabelecido na alínea b.10, com a não aceitação do objeto da fase pelo CNJ, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.16;
- b.13) 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, para cada conjunto de 10 (dez) dias de inadimplemento da obrigação de manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação. Os 10 (dez) dias de cada conjunto serão contados a partir de notificação produzida pelo CNJ;
- b.14) 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações previstas no contrato que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza, pelo CONTRATANTE, por ocorrência ou por dia, conforme o caso;
- b.15) 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, nos casos em que se configure inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; e
- b.16) 15% (quinze por cento), sobre o valor do contrato, nos casos em que se configure inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 11.2) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Conselho Nacional de Justiça, pelo prazo de até dois anos; e
- 11.3) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12) VIGÊNCIA

O período de vigência do Contrato é de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

13) Do Pagamento

13.1. O valor do contrato será pago em quatro parcelas, após a entrega e aprovação de cada um dos produtos, conforme item 14.1, nos prazos e percentuais indicados na tabela a seguir:

Fase	Produto	Prazo	Pagamento
1	Reunião de Alinhamento e entrega de estratégias metodológicas	Até 15 dias após assinatura do contrato	Não se aplica
2	Produto Parcial 1	Até 60 dias após assinatura do contrato	10% do valor total
3	Produto Parcial 2	120 dias após assinatura do contrato	20% do valor total
4	Produto Parcial 3 – Apresentação	180 dias após a assinatura do contrato	30% do valor total
5	Produto Final	300 dias após a assinatura do contrato	40% do valor total

6	Entrega de apresentação e sumário executivo, além dos ajustes que se fizerem necessários	330 dias após a assinatura do contrato	Não se aplica
----------	--	--	---------------

13.2 A Entidade proponente, uma vez selecionada e firmado o contrato, nos termos do Edital, deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento, ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 deste Projeto Básico:

13.2.b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos no item 10 deste Projeto Básico e, em especial, no subitem 10.2.8.

14) Gestão do Contrato

14.1) Execução da Pesquisa

Fase	Descrição	Atividades
1	Reunião de Alinhamento e entrega de estratégias metodológicas	Reunião de Alinhamento e entrega de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e apresentação de todos os instrumentos de coleta de dados de todos os objetivos e amostras definidos no projeto de pesquisa
2	Levantamento bibliográfico e documental, demonstração de resultados de pesquisa, apresentação de metodologia completa e detalhada e início da coleta de dados.	<p>- Produto Parcial 1: Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto do edital; demonstração de resultados de pesquisas relevantes acerca do tema; detalhamento completo da metodologia; coleta de dados em pelo menos uma unidade da federação ou um tribunal de pequeno porte ou 20% das unidades da federação definidas no projeto aprovado (na proposta com abrangência com mais de seis unidades da federação); aplicação integral da metodologia considerando os aspectos qualitativos e quantitativos.</p> <p>- Prazo de Conclusão da Fase 2: O prazo para a conclusão desta etapa será de 60 (sessenta) dias a partir da data de assinatura do contrato.</p> <p>- Conselho Nacional de Justiça: Aprovação ou possível ajuste metodológico no Relatório Parcial, por meio de Nota Técnica e reunião por videoconferência e/ou presencial, de acordo com o interesse do CNJ.</p>
3	Apresentação de resultados parciais incluindo, pelo menos, 1 (um) tribunal de médio porte ou 35% da amostra	<p>- Produto Parcial 2: Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de relatório parcial com apresentação de resultados preliminares e aplicação integral da metodologia considerando os aspectos qualitativos e quantitativos, em pelo menos, duas unidades da federação ou um tribunal de pequeno e um tribunal de médio porte ou 35% das unidades da federação definidas no projeto aprovado (na proposta com abrangência com mais de seis unidades da federação).</p> <p>- Prazo de Conclusão da Fase 3: O prazo para a conclusão desta etapa será de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de assinatura do contrato.</p> <p>- Conselho Nacional de Justiça: Aprovação ou possível ajuste metodológico no Relatório Parcial 2, por meio de Nota Técnica, videoconferência e/ou presencial, de acordo com o interesse do CNJ.</p>
4	Apresentação com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas	<p>- Relatório Parcial 3: Apresentação dos resultados preliminares da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas, contendo pelo menos um tribunal de cada porte ou mais de 50% das unidades da federação definidas no projeto aprovado (na proposta com abrangência com mais de seis unidades da federação).</p> <p>- Prazo de Conclusão da Fase 4: O prazo para a conclusão desta etapa será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.</p> <p>- Conselho Nacional de Justiça: Aprovação ou possíveis ajustes na apresentação da pesquisa, por meio de Nota Técnica, videoconferência e/ou presencial, de acordo com os interesses do CNJ.</p>
5	Relatório final	<p>- Relatório Final: Apresentação de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) com análise de dados, conclusões finais, contribuições da pesquisa à sociedade e propostas de aprimoramento de políticas públicas; além de indicação das lacunas para desenvolvimento das competências de magistrados e servidores, no que couber.</p> <p>- Prazo de Conclusão da Fase 5: O prazo para a conclusão desta etapa será de 300 (trezentos) dias, a contar da data de assinatura do contrato.</p> <p>- Conselho Nacional de Justiça: Aprovação ou possíveis ajustes no Relatório Final da pesquisa, por meio de Nota Técnica, videoconferência e/ou presencial, de acordo com os interesses do CNJ.</p>

6	Entrega de Apresentação e sumário executivo e realização de ajustes no Relatório Final	<p>- Entrega ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) de apresentação e sumário executivo, além da realização de ajustes ao Relatório Final de pesquisa, se necessário.</p> <p>- Prazo de Conclusão: O prazo para a conclusão desta etapa será de 330 (trezentos e trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.</p> <p>- Conselho Nacional de Justiça: Aprovação ou possíveis ajustes à apresentação, ao sumário executivo e aos ajustes feitos no Relatório Final, por meio de Nota Técnica, videoconferência e/ou presencial, de acordo com os interesses do CNJ.</p>
----------	---	--

14.2. A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo CNJ para esse fim, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

- 14.2.1) o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;
- 14.2.2) o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e
- 14.2.3) a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

15) Recebimento do Objeto

15.1. Os objetos finais de cada fase serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias da data de entrega. O prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, no caso de diligências solicitadas pela Comissão de Acompanhamento, para que sejam complementadas as informações/documentação, ou ainda, para ajustes nos relatórios apresentados, de forma a cumprir o objetivo do contrato, contando-se o novo prazo a partir do atendimento das diligências ou ajustes requeridos.

15.2) A Entidade proponente deverá apresentar à Comissão especialmente designada, ao final da última fase da pesquisa, Relatório analítico circunstanciado do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital, nos termos do contrato a ser firmado entre o CNJ e a entidade proponente.

15.3) A Comissão designada analisará e aprovará os documentos exigidos no Projeto Básico, com referência a todas as fases previstas, assim como do cumprimento dos contratos decorrentes do Edital no prazo de até 15 (quinze) dias corridos de sua apresentação, e, se for o caso, solicitará diligências para que as entidades proponentes contratadas complementem as informações prestadas, no prazo de 15(quinze) dias a contar da solicitação;

15.4) A Comissão designada emitirá termo de encerramento do projeto ao final da entrega do produto previsto pela Fase 6, em que, caso aprovada, se declare, expressamente, a entrega de todos os produtos requeridos para o adimplemento contratual;

15.5) A instituição que não emitir nota fiscal deverá solicitar perante a Secretaria da Fazenda do Estado a nota fiscal avulsa.

16) Disposições Gerais

16.1) Impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da convocação feita pelo CNJ, a instituição autora da proposta selecionada pelo CNJ deverá cadastrar o respectivo representante legal e/ou convencional no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

16.2) A instituição autora de proposta selecionada pelo CNJ deverá assinar, preferencialmente, mediante uso de *login* e senha de uso exclusivo do respectivo representante legal e/ou convencional, dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

16.3) É facultado à Administração, quando a assinatura do contrato com a proponente selecionada não ocorrer no prazo e nas condições estabelecidos neste edital, convocar outra proponente, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo.

16.4) Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e/ou de recursos eventualmente interpostos deverão ser instruídos com documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

16.5) Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital de Convocação Pública e de Seleção poderão ser solicitados por meio do endereço eletrônico: dj@cnj.jus.br assunto: "EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA E DE SELEÇÃO – Convocação n. 01/2019".

16.6) O CNJ reserva-se o direito de convocar, por meio de videoconferência ou presencialmente, os Coordenadores das pesquisas selecionadas para reunião de ajustes metodológicos e validação da amostra da pesquisa, em qualquer uma de suas fases.

16.7) Em qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente Edital somente poderá ser realizada, mediante prévia autorização e aprovação do CNJ, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e à Série "Justiça Pesquisa", com referência específica à edição de correspondência.

16.8) As instituições selecionadas cederão ao CNJ os direitos autorais, patrimoniais e imateriais da(s) pesquisa(s) contratada(s), bem como autorizarão o contratante utilizá-la(s) a seu exclusivo critério.

16.9) Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade da instituição selecionada e não necessariamente representam ponto de vista oficial ou institucional do CNJ, ou de quaisquer órgãos do Poder Judiciário relacionados à pesquisa realizada.

16.10) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao CNJ, conforme determinação do artigo 3º da Resolução CNJ 7/2005.

16.11) Em atendimento ao interesse público, a Comissão Avaliadora poderá realizar diligências junto às instituições proponentes e a órgãos/entidades da Administração Pública, em busca de documentos e/ou de informações.

16.12) A aprovação de proposta pela Comissão Avaliadora gerará, para a instituição proponente, apenas a expectativa de direito de ser contratada. A efetiva formação do contrato administrativo estará condicionada a juízo de oportunidade/conveniência a ser produzido pelo CNJ, com observância da legislação aplicável.

16.13) O CNJ reserva-se o direito de resolver, por intermédio da Diretoria-Geral, os casos omissos.

16.14) O prazo para a interposição de recursos será de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão recorrida.

16.15) Os recursos interpostos serão decididos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

16.16) Fica estabelecido o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal/DF, para dirimir questões oriundas da execução do presente Edital.

Brasília, XX de xxxxx de 2019.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Conselho Nacional de Justiça

1 Segundo o art. 37 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RI/CNJ), “constituem objetivos do DPJ: (...); II – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; III – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; (...); V – fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias; VI – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos”.

2 O documento deverá ser **válido** nos termos do § 4º do art. 642-A da CLT, o qual prescreve: “O prazo de validade do CNDT é de 180 (cento e oitenta) dias, contado de sua emissão”.

Anexo I

Plano Básico do Projeto de Pesquisa

1) Detalhamento do Objeto

As pesquisas detalhadas no presente Plano Básico têm por objetivo principal dotar o CNJ de informações a respeito de aspectos importantes sobre a gestão judiciária e a prestação jurisdicional no Brasil. Seguem, abaixo, as justificativas individualizadas, organizadas de acordo com cada um dos dois eixos mencionados, para orientar a concepção e a formulação das propostas de pesquisa pelas entidades proponentes.

Em cada tema proposto, há a apresentação da justificativa, do objetivo principal e das perguntas e problemas de pesquisa que se pretende responder.

Por fim, as entidades interessadas, a depender dos propósitos de investigação dos proponentes, poderão – conforme os estritos termos do regimento detalhado especificamente para cada um dos 3 (três) campos temáticos – apresentar abordagens e/ou enfoques complementares aos propostos por este Edital de Convocação Pública e Seleção, as quais, uma vez pertinentes, adequadas e úteis ao detalhamento e à compreensão crítica da questão pesquisada, serão avaliadas pelo CNJ.

As instituições selecionadas, considerando pertinente e de acordo com a metodologia e o trabalho de campo elencados, também apontarão – com fundamento nas situações-problemas diagnosticadas nas pesquisas que envolvam a necessidade de aperfeiçoamento profissional - recomendações de aspectos relativos aos domínios do conhecimento teórico e prático, indicando elementos que embasem a estruturação de ações formativas voltadas para o desenvolvimento de competências profissionais de magistrados e servidores necessárias ao aprimoramento da prestação jurisdicional, como possíveis medidas que contribuirão para a solução dos problemas diagnosticados na pesquisa, observadas as orientações contidas no Anexo II.

Diante do exposto, ressalta-se que é necessário considerar, na apresentação dos dados, aspectos regionais, diferenças entre ramos de justiça e outros elementos que, em comparação, no âmbito da amostra, particularizem dados ou situações.

2) Campos Temáticos

2.1 Campo Temático 1 - Cobertura criminal dos meios de comunicação e seus impactos na superlotação e superpopulação carcerária

Justificativa:

O Brasil ocupa atualmente a 3ª posição entre os países com maior população prisional no mundo, tendo atingido um contingente de 726.712 pessoas presas em junho de 2016, sendo em sua maioria jovens negros. A população prisional cresce em média 7% ao ano, e a ocupação das unidades prisionais atingiu a taxa de 197,4% - duas pessoas presas para cada vaga disponível no sistema. Esse crescimento acelerado pode ser associado a fatores institucionais, tais como a aprovação de leis em matéria penal e processual penal pelo Congresso Nacional e os fluxos do sistema de justiça criminal envolvendo as instituições policiais, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema prisional.

Não obstante, há também elementos subjetivos que podem contribuir para conformar esse quadro, relacionados com as percepções predominantes na sociedade e, parte dela, nas instituições, especialmente a Justiça, acerca de temas como criminalidade e segurança pública, inclusive a respeito das respostas que devem ser oferecidas para se promover a redução da violência e da criminalidade nos municípios brasileiros. Nesse particular, os meios de comunicação desempenham papel de especial importância, produzindo representações e sentidos que potencialmente repercutem na compreensão social sobre o tema, dada a penetração dos discursos midiáticos na sociedade. Essa produção não se dá apenas a partir de programas do "jornalismo policial", mas sobretudo pelas abordagens predominantes na cobertura em geral da temática.

Nesse sentido, interessa a produção de conhecimento sobre como a cobertura dos meios de comunicação pode exercer influência sobre a sociedade e sobre instituições, especialmente o Poder Judiciário, contribuindo para conformar percepções e práticas que resultam no cenário mencionado de crescimento seletivo e acelerado da população prisional no país. Podem ser consideradas, em termos de conteúdo e forma de cobertura, representações e narrativas predominantes nos meios de comunicação. A abordagem deve ser interdisciplinar, perpassando saberes de comunicação, sociologia, criminologia, psicologia, direito e outros, a partir de metodologias qualitativas (sendo desejáveis também quantitativas), investigando os aspectos centrais da produção e recepção comunicacional no tema.

Objetivo:

Investigar as relações entre a abordagem dos meios de comunicação a respeito do fenômeno da criminalidade e as percepções sociais sobre o tema, com especial enfoque na influência sobre o Poder Judiciário, sobre a atuação dos magistrados e sobre a política criminal adotada no país.

Problemas/Perguntas:

Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

- Que abordagens predominam na cobertura dos meios de comunicação a respeito de violência e segurança pública?
- Quais soluções são apresentadas pelos meios de comunicação, implícita ou explicitamente, como respostas ao problema da violência e criminalidade?
- Como se dá a recepção da cobertura criminal dos meios de comunicação pelas instituições responsáveis pela produção em concreto da política criminal, em especial o Poder Judiciário?
- Como a cobertura criminal dos meios de comunicação pode impactar nas pressões sociais e/ou expectativas de comportamento direcionadas aos atores do Poder Judiciário?
- Como percepções e comportamentos de atores do Poder Judiciário podem ser influenciados pela cobertura criminal dos meios de comunicação, considerando decisões judiciais e/ou políticas judiciárias adotadas?
- Que consequências podem ser aferidas da cobertura criminal dos meios de comunicação em relação ao contexto de superlotação e superpopulação prisional?

2.2 Campo Temático 2 – Territórios de vulnerabilidade e exclusão social, acesso a políticas públicas e a relação com privação de liberdade

Justificativa:

O sistema prisional brasileiro caracteriza-se por sua fragilidade e seletividade, pois encarcera majoritariamente homens pretos, pobres e com baixa escolaridade. O perfil da população carcerária brasileira, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, de junho de 2016, indica que 64% das pessoas privadas de liberdade são negras, 55% são jovens (entre 18 e 29 anos) e 75% não tem ensino médio (apenas 1% iniciou ou concluiu ensino superior).

Deste modo, faz-se importante a realização de pesquisa que busque revelar a relação entre falta de políticas públicas e/ou dificuldade de seu acesso e o aprisionamento em massa desse público, tendo o território de moradia dessa população como principal campo de análise.

Nesse sentido, espera-se investigação interdisciplinar, a partir de pesquisa descritiva ancorada em metodologias quantitativas e qualitativas, sobre possíveis relações entre contextos de vulnerabilidade social a que determinados segmentos da sociedade estão submetidos e a realização de prisões de pessoas adultas e apreensão de adolescentes.

Para tanto, propõe-se, entre outros dados/informações que possam ser considerados para enfrentar os problemas/perguntas formulados, considerar os endereços de residência das pessoas presas/apreendidas, realizando cruzamentos com bases de dados ou mapeamentos que apontem o contexto da existência/ausência de políticas públicas (assistência social, educação, saúde, cultura, lazer etc.), infraestrutura, serviços, entre outros aspectos entendidos como relevantes para a apreciação das vulnerabilidades sociais dos territórios.

Na coleta e análise dos dados, poderão ser utilizados instrumentos de georreferenciamento, além do cruzamento de índices de vulnerabilidade social e desenvolvimento humano, entre outros. A pesquisa poderá incluir, ainda, a produção de mapa onde seja possível visualizar, a partir do endereço de residência das pessoas presas e dos/as adolescentes apreendidos/as, os locais de maior incidência dessas prisões em “comparação” com o mapeamento de políticas públicas e recursos disponíveis nos territórios. Nas técnicas de pesquisa a serem adotadas, as clivagens de renda e raça deverão ser consideradas.

Objetivo:

Produzir conhecimento mais aprofundado e contextual sobre a relação entre (a) territórios de vulnerabilidade/exclusão e acesso a públicas e (b) privação de liberdade, seja pela ótica da possível conexão entre indisponibilidade ou insuficiência de políticas públicas nos territórios e a construção de trajetórias criminais, sobretudo de jovens, seja pela consideração de uma especial vulnerabilidade penal desse público em virtude das práticas de filtragem e roteiros típicos por parte de instituições do sistema de justiça criminal, de modo a ampliar o conhecimento acerca de fatores relevantes que podem repercutir no encarceramento de adultos e na apreensão de adolescentes.

Problemas/Perguntas:

Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por questões que considerem, entre outras, as seguintes problemáticas:

- Considerando a abordagem territorial proposta na pesquisa, quais são os locais que concentram o maior número de prisões de adultos e apreensões de adolescente, a partir do endereço de moradia dessas pessoas?
- Existe relação entre territórios com políticas públicas mais escassas e o número de moradores presos/apreendidos?
- Quais são as políticas mais presentes e as mais ausentes nos territórios que concentram maior número de prisões/apreensões?
- Quais os índices de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social dos territórios que mais concentram prisões de suas moradores/as?
- Que fatores/características associados aos territórios e/ou ao público que o frequenta podem ser associados à maior/menor vulnerabilidade penal, considerando práticas de filtragem, roteiros típicos de instituições policiais, entre outros?
- Que relações são possíveis de serem estabelecidas entre (a) territórios de vulnerabilidade/exclusão e acesso a públicas e (b) encarceramento de adultos e na apreensão de adolescentes?

2.3 Campo Temático 3 – Impactos da atuação do Poder Judiciário sobre a política pública previdenciária

Justificativa:

As demandas previdenciárias são, atualmente, no âmbito da Justiça Federal, as que mais se repetem, ficando atrás apenas das execuções fiscais. Representam, também, um volume muito grande de processos da Justiça Estadual, no âmbito da competência delegada.

Há uma noção, baseada no senso comum, de que a judicialização em matéria previdenciária decorreria de falhas na prestação dos serviços pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS –, de irregularidades e ineficiências na condução do processo administrativo; contudo, é necessária uma pesquisa mais ampla e profunda sobre as relações entre o processo administrativo e a massificação de demandas previdenciárias para o mapeamento das principais causas da concessão ou revisão de benefícios pela via judicial.

Por muitos anos, a massificação de ações previdenciárias foi creditada à natureza dos pedidos apresentados em juízo, os quais requeriam exame de questões eminentemente de direito que, em última análise, só viriam a ser definidas pelos tribunais superiores.

Hoje estas questões jurídicas ainda se repetem e, em grande medida, estão equacionadas em precedentes judiciais vinculantes ou em jurisprudência consolidada dos tribunais. Ainda assim, a necessidade da tutela jurisdicional permanece, sugerindo que não há plena adesão da Administração Previdenciária aos precedentes dos tribunais superiores.

Além disso, a análise sobre os fundamentos e os resultados das decisões de procedência e de improcedência poderá ser útil para a avaliação de fatores de judicialização que independam da atuação do INSS e que requeiram outros tipos de intervenção preventiva, inclusive o aprimoramento da atuação do Poder Judiciário nesses casos, com destaque para mudanças legislativas com potencial gerador de litigiosidade.

Soma-se a isso, as modificações da legislação acerca dos direitos previdenciários considerando as propostas da Nova Previdência em análise no Congresso Nacional. É preciso verificar junto aos operadores de direito quais suas percepções acerca das alterações em curso, com destaque para mudanças legislativas com potencial gerador de litigiosidade.

Objetivo:

Investigar causas de concessão ou revisão de benefícios do INSS considerando a massificação de demandas previdenciárias e assistenciais visando ao aperfeiçoamento das políticas judiciárias.

Problemas/Perguntas:

Diante do exposto, propõe-se que a pesquisa seja direcionada por algumas questões norteadoras, levando-se em consideração necessariamente: a) as diferenças regionais; b) o tipo de benefício requerido; e c) a comparação entre a justiça federal e a justiça estadual (competência delegada e competência acidentária):

Quais são os principais benefícios requeridos nas ações previdenciárias? Ao longo dos anos houve mudança das demandas mais recorrentes?

Quais são as causas mais recorrentes de indeferimento administrativo, por tipo de benefício requerido?

Qual o percentual de indeferimento na via administrativa decorre da não observância pela Administração Previdenciária dos precedentes dos Tribunais Superiores?

Qual o percentual de indeferimentos na via administrativa, frente ao número de benefícios requeridos ou revisões pretendidas junto ao INSS, por tipo de benefício?

Qual o percentual de indeferimentos de implantação ou restabelecimento de benefícios por incapacidade na via administrativa decorrentes da não constatação de incapacidade para atividades laborativas?

Qual o percentual de concessão de benefícios ou revisão de benefícios na via judicial, frente aos indeferimentos administrativos, por tipo de benefício?

Quais os fundamentos mais comuns na concessão ou na revisão de benefícios pela via judicial?

Que proporção de casos de indeferimento na via administrativa, seja de concessão, seja de revisão de benefícios, é objeto de judicialização sob a alegação de violação ao devido processo administrativo (procedimentos e critérios adotados indevidamente pelo INSS na condução dos processos administrativos)?

Qual o percentual de processos com pedido de concessão ou revisão de benefícios em que há concessão de Assistência Judiciária Gratuita (AJG)?

Nos processos de AJG qual valor da perícia judicial? Há variação regional e por tribunal?

Há diferenças entre os processos que tramitam nos juizados especiais federais e os que tramitam em varas estaduais? As comparações devem considerar as abordagens qualitativas e quantitativas, de forma a identificar alterações no tempo de duração do processo; no índice de deferimento; no valor concedido; possibilidades de litispendência; entre outras.

Qual o tempo de tramitação das varas estaduais e nos juizados federais? E nos juízos recursais oriundos da justiça estadual x federal?

Como tem se dado o uso de ações coletivas para veicular matéria de direito previdenciário? (Perfil de demandas, autores, tipos de benefício e etc.). Há diferença nos índices de deferimento quando comparada ações coletivas com ações individuais?

Qual a demanda judicial decorrente da nova reforma da previdência?

Anexo II

Indicação das Lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores

A CONTRATADA indicará, nos resultados da pesquisa, e com fundamento nas situações-problemas diagnosticados, conclusões que contribuam para o desenvolvimento de futuras ações formativas voltadas para o desenvolvimento de competências profissionais de magistrados e servidores.

Nesse sentido, os pesquisadores apontarão possíveis domínios do conhecimento teórico (conceitos, informações, dados, normativos) e prático (procedimentos, ferramentas, processos, modelos), os quais indicarão elementos que motivem a estruturação daquelas ações formativa, necessárias ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

É importante ressaltar que cabe à CONTRATADA indicar as possíveis competências e habilidades percebidas a partir da situação-problema que demande ação de intervenção a partir da formação profissional, que serão desenvolvidas pelo CNJ, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam ou pelas demais escolas judiciais, conforme o caso.

Sendo assim, uma vez realizada a avaliação diagnóstica por meio da pesquisa, deverá ser possível a identificação dos aspectos e das competências específicas, por magistrados e/ou servidores, que sinalizarem o melhor desenho das ações de formação. As proposições devem ser fundamentadas **nos dados avaliados**, tendo como referência os aspectos teórico-práticos a serem observados nas ações de formação. Tais dados precisam ser explicitamente reconhecidos nos resultados da pesquisa.

Portanto, o produto final também deve apontar respostas para questões como: Quais as teorias de aprendizagem que irão embasar uma ação de formação? O que se espera dos discentes (magistrados e/ou servidores) no desenvolvimento das novas competências sugeridas?

Considerando que o foco é a educação profissional para a prática jurisdicional em contextos sociais cada vez mais complexos, a concepção de competência constitui categoria central de sua atuação, derivando-se da concepção de conhecimento por ela adotada.

Desse modo, para a formação judicial, **competência** é a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos, experiências sociais e de trabalho, comportamentos e valores, desejos e motivações desenvolvidos ao longo das trajetórias de vida em contextos cada vez mais complexos. A competência, portanto, vincula-se à capacidade de solucionar problemas, mobilizando, de forma inter e transdisciplinar, conhecimentos, capacidades – específicas, cognitivas complexas e comportamentais – e habilidades, transferidos para novas situações, ou seja, implica atuar mobilizando conhecimentos e recursos.

A concepção de competência adotada inclui as dimensões de contexto e de relações e práticas de equipe, em razão do que não se deriva exclusivamente das ações de formação. Assim, transformar as competências (capacidades potenciais) em desempenhos (resultados concretos) depende da existência, no ambiente de trabalho, de condições materiais, motivacionais e éticas adequadas.

Partindo dessa compreensão, as ações formativas são planejadas tendo a prática jurisdicional como ponto de partida; e como ponto de chegada, o trabalho do juiz e/ou do servidor. Nessa direção, o primeiro passo do planejamento é perceber a **situação-problema** que ocorre na atividade laboral do envolvido – quais são as dificuldades enfrentadas no seu processo de trabalho – e qual desempenho é dele esperado para que o problema e/ou a situação sejam sanados (objetivo geral a ser alcançado com a ação formativa). Em seguida, são elencadas as competências específicas, cognitivas complexas e comportamentais necessárias à realização e/ou à melhoria do processo de trabalho, ou seja, quais competências o magistrado ou o servidor devem ter para resolver o problema ou a situação identificada, para que o seu desempenho seja melhorado (são os objetivos específicos da ação formativa para se alcançar o resultado pretendido no objetivo geral). Elencadas as competências a serem desenvolvidas por meio de ações formativas, serão definidos os conteúdos programáticos para cada uma das competências mapeadas, bem como as estratégias de ensino a serem adotadas.

Como se observa, espera-se que, a partir do diagnóstico realizado pela pesquisa, o subitem que trata das recomendações de capacitação que compõe o produto final entregue pela CONTRATADA traga as seguintes indicações:

- 1) **Qual é a situação-problema?** Contextualizar o problema de desempenho existente ou com probabilidade de vir a existir, analisar a necessidade de uma ação formativa e demonstrar a sua contribuição para o aperfeiçoamento do exercício profissional dos envolvidos em relação ao problema apontado;
- 2) **Qual é o resultado principal a ser obtido no desempenho profissional dos envolvidos por meio da ação formativa?** (ou das ações formativas, já que o problema identificado pode indicar a necessidade de mais de uma intervenção) (Objetivo geral da ação formativa)
- 3) **Quais as capacidades a serem desenvolvidas para alcançar o desempenho esperado dos envolvidos no exercício da jurisdição para resolver a situação-problema?** (Objetivos específicos para se alcançar o objetivo geral da ação formativa). São as competências – específicas, cognitivas complexas e comportamentais – e habilidades, que serão definidas na forma de condutas observáveis no exercício da jurisdição.

Com efeito, é importante observar que não é exigência que o relatório contenha a indicação de um tema de curso. O foco deve ser nas competências/habilidades que podem ser desenvolvidas por magistrados e/ou servidores, considerando cada situação-problema revelada e fundamentada pelos dados/resultados da pesquisa, que seriam os objetivos a serem alcançados.

Resumo:

1. Situação-problema:
 - a. Descrição;
 - b. Agente do direito impactado (magistrado e/ou servidor);
 - c. Dados que fundamentam a disparidade encontrada (referências ao texto da pesquisa);
 - d. Lista de saberes e recursos: a serem mobilizados pelo profissional para atuar na situação-problema de forma eficaz, com a intenção de solucioná-la, superar os desafios apresentados.

VERSÃO COMPLETA DO EDITAL NO LINK: www.cnj.jus.br/convocacao1-2019